

Etnogênese e resistência mapuche no período colonial: alguns apontamentos críticos

Raul Ortiz Contreras
IFCH-UNICAMP – pós-graduando

Resumo

O presente trabalho busca descrever e analisar as dinâmicas implícitas no processo de etnogênese e resistência mapuche advindo da consolidação da linha de fronteira nas margens do rio Bío Bío, centro-sul do Chile, a partir do século XVII. O principal objetivo desta indagação é proceder a uma descrição dos mecanismos que permitiram a coexistência de um território indígena autônomo no interior do quadro colonial chileno, e identificar as principais transformações que afetaram a organização sócio-territorial mapuche. Procura-se, também, problematizar as leituras historiográficas que definem a resistência histórica deste grupo como unidades étnicas particulares e homogêneas, associado-a a diversas condutas e posicionamentos políticos unidirecionados. Para tanto, elegemos uma descrição histórica que salienta mais as contradições e desenvolvimentos multifacetados presentes na consolidação do espaço fronteiriço e menos suas coerências internas, pois, afinal de contas, a resistência indígena não se constitui apenas no âmbito da oposição, do obstáculo, da reação e da defesa, mas também se revela efetiva na complementaridade e na negociação.

Introdução

Os Araucanos, como foram popularizados por Alonso de Ercilla y Zúñiga no célebre poema épico *La Araucana*¹, ou Mapuche, como são denominados genericamente na atualidade, sempre estiveram, em maior ou menor grau, envolvidos direta ou indiretamente em processos mais abrangentes, caracterizados por intensas relações intersocietárias e interétnicas. Isso pode ser dito não apenas a partir o período formativo pós-hispânico, momento em que essa situação torna-se mais evidente por causa do próprio contacto com os europeus, mas também ponderando os processos do período pré-hispânico, no qual diversos grupos e facções étnicas na área valeram-se da guerra, das alianças, do intercâmbio econômico intensivo e da expansão territorial como mecanismos de consolidação de suas sociedades particulares.

É possível identificar com bastante exatidão um horizonte arqueológico relativamente homogêneo no território da Araucânia por volta do ano 500 d.C. (Dillehay, 2007), porém, talvez não seja apropriado assinalar que a sociedade mapuche, tal como é conhecida hoje nos diferentes períodos históricos, pré-existisse à chegada dos europeus. Pesquisas recentes são

1 Com quase 22.000 versos e publicado em três partes – em 1569, 1578 e 1589 – foi considerado por muitos o primeiro trabalho literário do Novo Mundo. Ver Ercilla y Zúñiga (1574)

enfáticas em demonstrar que a etnogênese² deste grupo se tornou possível somente a partir do imperativo das populações indígenas que habitavam a zona centro-sul do atual território chileno - denominadas genericamente pelos conquistadores como *Reche*, *Mapuche* ou *Araucanos* - de se organizarem militar e politicamente com o intuito de enfrentar o processo geral de conquista espanhola no território americano. O antropólogo Guillaume Boccara (1998; 1999), autor de um importante estudo etnohistórico sobre as dinâmicas sociais específicas da área entre os séculos XVI-XVIII, estima que este foi um caso particularmente interessante de etnogênese, posto que as evidentes e paulatinas transformações que os Reche vivenciaram no decorrer dos primeiros séculos de contato colonial determinaram a estruturação de uma nova formação social e o surgimento de novas identidades, o que derivou na edificação de uma identidade mapuche autodeclarada. Portanto, deve-se entender o surgimento deste grupo como um processo complexo de etnificação, pois a natureza dos métodos empregados pelos agentes do sistema colonial surtiu efeitos tanto nas estruturas objetivas dos grupos indígenas (em suas economias e na organização sócio-política) quanto nas estruturas cognitivas dos indivíduos e coletividades (Boccara, 1999, p. 459).

Diversidade reche e etnocídio picunche

Hoje em dia sabemos que, no tempo das primeiras ocupações espanholas na nascente Capitania Geral do Reino do Chile, o território compreendido entre os rios Petorca e La Ligua, pelo norte, até a Isla Grande de Chiloé, pelo sul, era habitado por várias facções étnicas ou grupos socialmente diferenciados que compartilhavam uma unidade lingüística (o *mapudungun*) e alguns aspectos culturais. A região setentrional, entre os rios Petorca e Maipo, era o local ocupado pelo povo Picunche (“gente do norte”), grupo que havia sido submetido ao incanato e estava em um franco processo de transformação. Na planície central e na pré-cordilheira andina ao sul do rio Bío Bío residiam os Wentche (“*arribanos*”) e nos vales e proximidades da cordilheira de Nahuelbuta estavam os Nagche (“*abajinos*”). Os Cuncos habitavam a área litorânea entre o rio Bueno e o Canal de Chacao. Os grupos que viviam nas atuais províncias de Valdivia, Osorno e Llanquihue eram denominados Huilliche (“gente do sul”). Os Pehuenche

2 O conceito de *etnogênese* busca caracterizar o dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, entendendo-o como processos básicos de configuração e estruturação da diversidade cultural humana. Vislumbra-se aqui um modelo analítico amplo que privilegia o reconhecimento de processos intersocietários e interétnicos que atuam na construção de campos dinâmicos de configuração de novas identidades étnicas em contextos históricos específicos (Boccara, 1998; Bartolomé, 2006; Oliveira Filho, 2004 [1999]). Pode-se explicar, por um lado, o surgimento de identidades particulares ou, ainda, a reinvenção de etnias já conhecidas. Por outro lado, essa noção ajuda a desfazer a idéia, coloquialmente difundida, de que os grupos indígenas, tal como são conhecidos na atualidade ou como são definidos historicamente, pré-existiam à chegada dos europeus na América.

(“gente do *pehuen*³”), que seriam mapuchizados posteriormente, localizavam-se nos vales andinos orientais e ocidentais, especificamente no Alto Bío Bío e Lonquimay. Outros grupos que ocupavam nichos geográficos mais restritos eram os Cholcholinos e os Maquehuanos⁴.

À medida que os estrangeiros conquistadores – missionários, comerciantes e principalmente militares – ingressaram em território chileno, perceberam que as principais características desses grupos eram a dispersão territorial, a ausência de chefaturas centralizadas e a inexistência de manifestações arquitetônicas como as encontradas entre os Incas. Além do mais, rapidamente foram considerados índios hostis e belicosos, posto que resistiram tenazmente ao avanço das comitivas européias enviadas pela administração do Vice-reinado do Peru na primeira metade do século XVI. “*El Adelantado*” Diego de Almagro, no comando de 500 soldados espanhóis, 100 escravos negros e milhares de *yanacunas* (escravos Incas), foi o primeiro a sofrer a resistência armada indígena. Nas proximidades do rio Itata as populações locais impediram o avanço dos conquistadores, deflagrando-se uma importante batalha que seria posteriormente conhecida como *Reinogüelen*.

Destarte, a experiência negativa da derrota militar dos espanhóis para os índios “chilenos”, os conflitos políticos mantidos entre Almagro e Francisco Pizarro (Governador do Peru) e, principalmente, a destruição de Cuzco causada pelas rebeliões de grupos andinos, obrigou esses primeiros conquistadores retornar ao Peru, postergando por alguns anos a tarefa de integrar o território chileno à administração colonial.

Em um território aparentemente sem ouro nem riquezas e com índios considerados belicosos, a conquista do Chile se tornou uma tarefa secundária e pouco atraente para os europeus. Só em 1540, Pedro de Valdivia, o mais eficiente dos oficiais do governador do Peru Francisco Pizarro, retomou a empreitada abandonada por Diego de Almagro. Com apenas duzentos militares espanhóis e várias centenas de *yanacunas*, adentrou em território chileno. O próprio Valdivia, em uma carta dirigida ao Imperador Carlos V, escrita cinco anos após o início de sua longa viagem, reconhece as dificuldades iniciais do processo:

3 *Pehuen* é a palavra reservada na língua Mapuche para denominar a semente da araucária (pinhão) da região andina (*Araucaria araucana* ou *Dombeya chilensis*). A semente representa até hoje uma das principais fontes de subsistência das populações localizadas no setor da pré-cordilheira dos Andes.

4 As particularidades dos grupos recém mencionados não são especialmente tratadas nos relatos e nas crônicas do século XVI. O relato mais íntegro e cuidadoso a este respeito, fazendo referência às variações sociolingüísticas, foi escrito por Jerônimo de Bibar (1966 [1554?]), que delimitou e reconheceu quatro particularidades culturais: Picunche, Promaucaes, Araucanos e Huilliche. Ao mesmo tempo, identificou que essas variações provinham todas de um tronco lingüístico comum, o *mapudungun* (“língua da terra”), que era falado entre os rios Aconcagua e Toltén, com algumas modificações mais importantes ao sul, entre os Huilliche.

Sepa V. M. que cuando el Marqués don Francisco Pizarro me dio esta empresa, no había hombre que quisiese venir a esta tierra, y los que más huían della eran los que trajo el adelantado don Diego de Almagro, que como la desamparó, quedó tan mal infamada, que como de la pestilencia huían della; y aún muchas personas que me querían bien y eran tenidos por cuerdos, no me tovieron por tal cuando me vieron gastar la hacienda que tenía en empresa tan apartada del Perú, y donde el Adelantado no había perseverado, habiendo gastado él y los que en su compañía vinieron más de quinientos mill pesos de oro (Valdivia, 1929 [1545], p. 11-15).

Conforme as sugestões de alguns historiadores contemporâneos (Villalobos, 1989; Jara, 1971; Bengoa, 2000), baseados em inúmeros relatos de cronistas do século XVI e XVII, Pedro de Valdivia se deparou nos vales centrais, primeiro, e nas selvas austrais, depois, com um conjunto de povos caçadores e coletores, mormente nômades, com um conhecimento muito elementar da agricultura e um sistema de criação reduzida de camelídeos (principalmente lhama e guanaco)⁵. Estes grupos dispersos e numerosos, como já foi apontado acima, falavam uma mesma língua, embora culturalmente tivessem diferenças consideráveis. Especificamente nos vales centrais, Valdivia teve os primeiros contatos com os Picunche, grupo que vivia em pequenos povoados, formados por entre 10 e 30 choças, principalmente nos vales dos rios Aconcagua, Maipo e Mapocho. A conquista incaica do território Picunche, ocorrida oitenta anos antes da chegada dos espanhóis, havia estabelecido colônias de *mitimaes quéchuas*, o que, por sua vez, influenciou aspectos lingüísticos e sócio-econômicos na zona e facilitou o trabalho de assentamento e reconhecimento dos espanhóis (Saavedra, 2002, p. 50).

No momento em que Valdivia fundou a cidade de Santiago de la Nueva Extremadura (atualmente Santiago do Chile), em 1541, nas proximidades do Rio Mapocho, os Picunche começaram a ser sistematicamente integrados à dinâmica da incipiente organização colonial, principalmente através dos sistemas de *encomienda*, de *mita* e, décadas mais tardes, de *hacienda*⁶. Houve uma resistência militar importante por parte dos indígenas, mas todas as

5 Trabalhos recentes (Dillehay & Saavedra, 2003; Dillehay, 2007) rejeitam essa interpretação proto-agrária atribuída aos Mapuche. A partir de evidências arqueológicas, em particular a presença de monumentos de terra, de campos cerimoniais de grandes dimensões, de bens funerários diferenciados junto a esqueletos humanos, de assentamentos agrícolas grandes e, às vezes densos; e, possivelmente, de fortalezas nos cumes das montanhas, entre outras várias evidências, poder-se-ia deduzir que, pelo menos em áreas específicas, existiu uma sociedade com um nível complexo de chefatura, inclusive antes da chegada dos europeus à região da Araucânia. A primeira grande publicação defendendo esta argumentação é *Monuments, Empires, and Resistance: The Araucanian Polity and Ritual Narratives*, de Tom Dillehay (2007). Ao mesmo tempo, o próprio Bengoa (2000, p. 23), em uma nota à sexta edição de seu influente livro *Historia del pueblo mapuche*, reconhece a necessidade de visitar “parcialmente” a concepção proto-agrária dos Mapuche no tempo da chegada dos espanhóis.

6 Os três sistemas tinham como finalidade otimizar o trabalho agrícola e extrativo e sustentar a fundação de cidades no início do período colonial. A *encomienda* era uma instituição característica da colonização espanhola em toda América do Sul, estabelecida como um direito outorgado pelo Rei em favor de um súdito espanhol

tentativas de recuperar os territórios usurpados e de expulsar os forasteiros de suas terras foram intensamente mitigadas pelo exército de Valdivia, causando milhares de mortes nativas. Tal como apontado por Saavedra (2006), este episódio pode ser considerado o primeiro, mas não o único, etnocídio das populações que logo iriam ser identificadas como Mapuche. Ao mesmo tempo, os Picunche que conseguiram sobreviver e que foram integrados aos sistemas de trabalho colonial transformaram-se em uma das bases formativas da sociedade chilena: o povo chileno. O processo de proletarização dos Picunche, como é definido por Louis Faron (1960), foi possível graças à mestiçagem e, principalmente, pela capacidade dos administradores europeus de neutralizar a organização social indígena. Assim sendo, surgiu uma nova identidade social, o “roto”, que no decorrer dos séculos desenvolveu uma identidade nacional que garantiu o processo de independência chileno, animou os conflitos bélicos contra o Peru e a Bolívia e ajudou na integração do território contra os interesses dos próprios Mapuche que mantiveram sua autonomia até finais do século XIX.

Estabelecimento da fronteira e grandes transformações do território

Durante todo o período colonial, no entanto, grande parte dos indígenas falantes do *mapudungun* localizados ao sul do rio Bío Bío não desapareceu. Muito pelo contrário, transformaram-se e, a partir do século XVIII, expandiram-se territorialmente para além da cordilheira dos Andes. Nasceu, portanto, uma fronteira física e cultural entre a sociedade colonial e as populações mapuche não “submetidas”, que seguia o percurso do rio Bío Bío, entre a lagoa Galletué, na Cordilheira dos Andes, e o oceano Pacífico à altura da cidade de Concepción. As cidades fundadas por Pedro de Valdivia ao sul desta fronteira - Concepción (1550), La Imperial (1551) e Valdivia (1552) - foram sitiadas e destruídas em múltiplas oportunidades pelos indígenas. O próprio Valdivia morreu na batalha de Tucapel⁷ na tentativa

(*encomendero*). O *encomendero* tinha o direito de receber os tributos que os índios deviam pagar à coroa, em sua condição de súdito (pelo fato de ter sido introduzido ao sistema colonial). Uma vez que a produção de grandes excedentes não era uma característica da economia nativa, o pagamento era realizado *de facto* através de trabalho físico intensivo, o que derivou em uma forma de proto-escravidão. A *mita*, por sua vez, foi uma forma de trabalho indígena compulsório, inspirada na *mita* incaica, utilizada também na América hispânica para organizar o trabalho indígena, principalmente na extração de metais preciosos nas minas. Por último, a *hacienda*, instituída no decorrer do século XVII, era uma unidade econômica mais ampla, organizada em torno de um senhor da terra, cuja função era criar uma unidade econômica auto-sustentável capaz de produzir pequenos excedentes para serem trocados nas cidades. A *hacienda* transformou-se na segunda etapa econômica do período colonial, pois precisou de mão-de-obra mais especializada (indígena e mestiça) e uma dinâmica centralizada na produção intensiva, para além dos trabalhos extrativos. A *hacienda* seria o principal motor econômico do período colonial e representou uma nova forma de pensar a territorialidade ao norte do rio Bío Bío. Para um exame detalhado do funcionamento destes sistemas socioeconômicos e suas conseqüências na organização social Picunche, ver Faron (1960).

7 A morte de Pedro de Valdivia se transformou em tema de grandes controvérsias na historiografia chilena. Existem diversas versões para explicá-la: antropofagia, decapitação, lançada, golpe de machado, ingestão de ouro derretido. Todas essas interpretações refletem, talvez, as posições conflitantes a favor ou contra seu legado: para

de mitigar a resistência armada dos habitantes locais. No entanto, tornou-se comum que proeminentes lideranças mapuche (*ulmen* e *toki*) como Anganamón, Lientur, Pelantaro, Colo Colo, Butapichón, Caupolicán e Lautaro começaram a estabelecer certa unidade entre os diversos grupos Mapuche, ou Reche, para além do espaço da aldeia, organizando rebeliões militares. Estima-se que na época havia uma população indígena de aproximadamente meio milhão de pessoas, habitando um território de 5,4 milhões de hectares (Bengoa, 2000)⁸.

Apesar dos extensos conflitos bélicos no século XVI, a população indígena localizada ao sul do Bío Bío não pode ser representada apenas em função da guerra contra os espanhóis. De fato, a partir da segunda metade do século XVII, a atividade bélica diminuiu drasticamente⁹, dando lugar à vinculação econômica no espaço fronteiriço. As atividades comerciais, baseadas na troca, aumentaram de forma exponencial. O gado administrado pelas populações mapuche (principalmente a carne e o couro derivados) era permutado por produtos manufaturados e prata dos espanhóis. O intercâmbio de mulheres, de ponchos e de cavalos também fazia parte do circuito de troca.

O comércio realizado na fronteira é fundamental para entender a extensão territorial intensiva dos grupos mapuche em direção aos pampas argentinos - processo conhecido como “Araucanización de las Pampas” - o que originou, por sua vez, intensos contatos com outros grupos indígenas. Não se sabe exatamente se em tempo pré-hispânicos, ou em períodos anteriores ao século XVIII, a presença de grupos mapuche no lado argentino já era efetiva. A historiografia tradicional (Solis, 1991; Villalobos, 1985, 1989; Casamiquela, 1985) propõe que esse processo teria começado apenas no século XVIII, devido à necessidade de intensificar as relações econômicas na linha de fronteira. No entanto, alguns intelectuais mapuche (Marimán *et al*, 2006; Millalén, 2006) refutam essa teoria, pois, dizem, - a partir de certos indícios, como a existência de toponímia mapuche registrada pelos primeiros viajantes e missionários espanhóis na zona, os dados arqueológicos (cerâmica de tipo *Pitrén* nas zonas norte e centro da província

alguns um grande genocida (ou etnocida) e para outros o verdadeiro descobridor de Chile. Tal como assinalado por Miguel Donoso (2007), “*todo héroe necesita de un final mítico que borre u oculte su ignominiosa muerte. Valdivia, por supuesto, no podía ser menos*”.

8 É muito difícil saber ao certo o número relativo de indígenas que habitavam a região de domínio autônomo mapuche. O cálculo utilizado por Bengoa para finais do século XVI baseia-se tanto na medição da densidade de população por quilômetro quadrado, tendo como referência os dados arqueológicos, quanto nos relatos dos cronistas e viajantes da época. Faron (1968, p. 10) estima um número similar (500.000). No entanto, Larraín, usando métodos similares, estima uma população de 925.000 pessoas, tentando contradizer os cálculos ainda maiores de Steward (1.050.000) e Hidalgo (1.000.000) por considera-los excessivos (citado em SAAVEDRA, 2002, p. 49). No próximo capítulo serão analisadas as estimativas feitas para os grupos guarani.

9 Uma periodização sistemática da atividade bélica entre espanhóis e Mapuche consta no texto de Villalobos (1985) *Guerra y paz en la Araucanía: periodificación*. O período que vai entre 1657-1682 é caracterizado pelo autor como um “*afianzamiento de las relaciones de frontera*” e logo depois, entre 1683-1861, como “*el gran desarrollo de las relaciones fronterizas*”.

de Neuquén datada de finais do primeiro milênio de nossa era), e a rica memória histórica indicando que a terra do leste (*puelmapu*) faz parte do território ancestral -, pode-se conjecturar que a ocupação dos pampas é bastante anterior ao século XVIII. Sem querer entrar nessa polêmica, o realmente relevante aqui é a constatação histórica de que a ocupação mapuche no lado argentino intensificou-se imensamente a partir do século XVIII, o que não tira o mérito da interpretação proposta pelos acadêmicos mapuche. Um fator decisivo para isso acontecer foi a existência de um tipo de gado selvagem, ou *cimarrón* como era chamado no jargão colonial, cuja reprodução havia escapado do controle das nascentes estâncias argentinas, encontrando nos pampas um nicho ecológico ideal para sua reprodução sem intervenção humana.

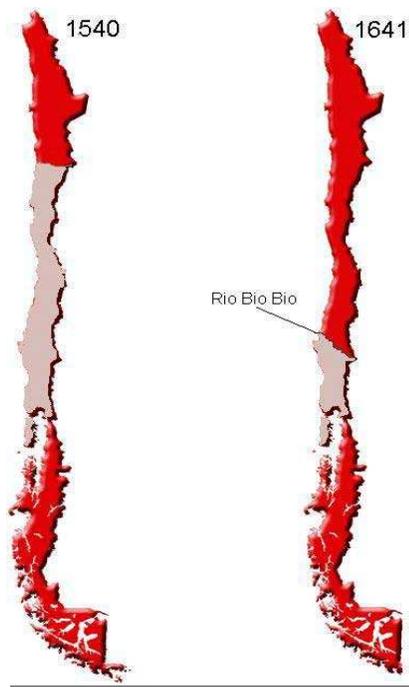


Figura 1. Território de ocupação mapuche no momento da chegada dos espanhóis e logo após do estabelecimento da linha de fronteira no rio Bío Bío

O esquema dos Mapuche era coordenado em duas etapas: a *maloca*, primeiro, e o *conchavo*, depois. A *maloca* foi definida por Solis (1991, p. 8) como uma invasão indígena, um *malón*, *raid*, ou simplesmente como uma empreitada depredatória destinada a capturar prisioneiros ou propriedades. Os executantes desta prática eram chamados de *maloqueros*¹⁰. *Conchavo* era a palavra usada na época para designar o comércio baseado na troca. Os responsáveis por estabelecer vínculos comerciais e efetivar a troca de produtos eram chamados

10 O *malón*, por sua vez, era uma prática corriqueira entre os Mapuche. Em muitos contextos, foi entendida como uma prática ritual entre caciques aliados. Os caciques que tinham maior capacidade de organizar *malones* ostentavam maior respeito e riquezas. Nos períodos de conflitos com a sociedade colonial, primeiro, e republicana, depois, esses *malones* também eram praticados. Muitas mulheres chilenas foram raptadas e casadas com caciques mapuche como resultado dessas empreitadas.

de *conchavadores*. Isso significava que para chegar na linha de fronteira comercial no lado chileno o gado devia percorrer longas distâncias, tendo como principal obstáculo a imponente cordilheira dos Andes. As *malocas* tornaram-se cada vez maiores e melhor organizadas, pois as demandas na fronteira eram também maiores. Do mesmo modo, a invasão de estâncias nas proximidades das cidades de Mendoza, San Luis, Córdoba e Buenos Aires marcou um ponto crítico na relação dos Mapuche com a sociedade colonial argentina, ocasionando vários conflitos, que no decorrer do século XIX tornar-se-iam mais críticos.

Uma fonte importante do poder de alguns chefes indígenas, que dependia não em pequena medida de uma reputação marcada pelo acúmulo de cavalos e gado, manifestava-se na capacidade de controlar os grupos indígenas pampianos a seu favor. Esses grupos foram mapuchizados através da língua e das alianças de parentesco, surgindo um novo cenário interétnico. Este contexto diversificou amplamente os modos de entender a identidade mapuche no que diz respeito ao território. As identidades territoriais locais fortaleceram-se. Os conflitos internos entre os próprios Mapuche se tornaram cada vez mais frequentes, como também as alianças com segmentos da sociedade colonial, primeiramente, e chilena, em seguida. Ao mesmo tempo, uma identidade social mais global, a de indígena, passou a ser acionada em contextos específicos.

Por tudo isto, a noção de “fronteira” não deve ser entendida meramente como um conceito acadêmico para descrever uma situação de constituição de espaços de autonomia, de ocupação e de administração territorial, mas também como um conceito naturalizado tanto pelos Mapuche quanto pelos não-Mapuche nas relações de conflito e de acomodação¹¹. As relações foram organizadas a partir de numerosas Juntas de Índios, “*Parlas*” e Parlamentos - em um primeiro momento com os espanhóis e em seguida com os chilenos -, o que estabeleceu uma situação de relativa paz até a primeira metade do século XIX.

Transformações na organização sócio-territorial: “de Reche a Mapuche”

Interessa definir ainda como se constituiu uma identidade propriamente mapuche no processo de transformações coloniais, principalmente no tocante ao âmbito da organização social. Boccara (1999, p. 428) adverte que no início do período colonial a caracterização dos Reche centrais a partir de uma tripla ausência – a falta de uma figura política forte, a

11 De fato, a importância das relações de fronteiras para compreender as transformações da sociedade mapuche e da sociedade chilena no período colonial levou a fundar um movimento analítico e teórico chamado “*historia fronteriza*”, fortemente influenciado pelas idéias evolucionárias do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner e promovido no contexto da historiografia chilena por Álvaro Jara e Sergio Villalobos.

inexistência de uma repartição espacial em povos e a falta de uma coordenação geral das diversas unidades sociais – faz parte de uma ideologia plasmada em todos os documentos da época. Nesse sentido, os habitantes nativos foram considerados pelos primeiros cronistas como povos simples, sobretudo se comparados com a tradição incaica encontrada no Peru e no norte de Chile. Entre todas essas “ausências”, no entanto, certamente havia um sistema social bastante complexo e organizado, o qual se expandia nos diversos grupos falantes de *mapudungun* (proto-Mapuche ou Reche centrais). Tomando como base os trabalhos do próprio Boccara (1998, 1999), assim como as obras de Saavedra (2002) e Salas (1999), tentaremos esboçar de forma sintética as principais características da organização social dos Reche, para, logo em seguida, entender suas principais transformações no período colonial.

É sabido que no nível mais básico da organização social reche estava a *ruca* (casa ou choça), na qual costumava morar um senhor com sua esposa ou suas esposas, além de suas filhas e filhos solteiros. Ocasionalmente, alguns filhos casados e sua progênie permaneciam na casa do pai, transformando a *ruca* em um lugar de habitação da família polígama extensa. O nível seguinte era o casario, composto geralmente por entre 4 a 9 *rucas*. Os membros masculinos de cada casario pertenciam a uma mesma linhagem, a do *ulmen* (cacique¹²), via de regra o homem mais velho. Os Reche centrais praticavam a residência virilocal, isto é, depois de se casarem, o casal estabelecia sua moradia no casario da família do esposo. Em vista de que unicamente os filhos homens nascidos do matrimônio primário (que era o preferido) obtinham pelo direito de sucessão as cargas e os títulos de seu pai, é possível supor que só eles permaneciam em seu casario de origem após matrimônio.

Boccara (1999, p. 430) afirma que o nível de integração superior ao casario era o *quiñelob* (*kiñelov*), que integrava vários casarios. Os membros desse agregado cooperavam na realização de diversas atividades econômicas e se mobilizavam em caso de agressão externa. As comunidades, continua o autor, organizavam-se em um nível básico sobre o princípio patrilinear, mas isso não significa que se deva interpretar sua estrutura social como uma imbricação de segmentos de linhagem, linhagens, clãs e tribos, posto que não obedeciam a uma lógica segmentar, mas organizavam-se em uma trama social de múltiplos grupos consangüíneos e afins que estabeleciam alianças com o *ulmen* (cacique).

Em um nível superior ao *quiñelob* encontramos o *lof* (também descrito na literatura como *rehue*, *lebo* ou *lov*), unidade social fundamental para os mapuche, uma vez que aí se

12 O *ulmen* era uma das autoridades mais importantes dos reche. Seu poder e riqueza devem ser entendidos em termos do número de mulheres de que dispunham e de sua capacidade para convidar, reunir e sustentar sua influência política. O *ulmen* era a cabeça de um grupo de ascendentes e descendentes na linha paterna e de aliados em termos do intercâmbio de mulheres.

resolviam as questões relacionadas à paz e à guerra (Boccaro, 1999; Saavedra, 2002). Neste nível de organização a guerra era uma instituição central na produção material e simbólica do grupo, atuando como um *fato social total*. Isso demonstra, de certa forma, que antes da chegada dos espanhóis a guerra já era um mecanismo capaz de aglutinar aos Reche em contextos situacionais mais abrangentes, sendo esta a principal expressão da construção de identidades sociais particulares¹³. Entre os séculos XVII e XIX, no entanto, o *lof*, estrutura permanente mais importante dos Reche centrais, mudou drasticamente. Segundo Salas, descrevendo a situação dos Mapuche já no século XIX, um *lof* “típico”

[...] consistia em um homem, suas esposas (frequentemente duas ou até mais, até 15-20), suas filhas solteiras, seus filhos solteiros, seus filhos casados e seus respectivos filhos e filhas. Esta aproximação corresponde ao que podemos denominar “patrilinhagem mínima”. [...] Cada *lof* era chefiado pelo homem mais velho do grupo, o chefe genealógico, denominado *lonko* [*ulmen* em um período anterior], que devia organizar o trabalho comunitário e repartir os benefícios da participação na produção (Salas, 1999, p. 62, tradução minha).

As principais transformações residiam na maior capacidade dos grandes chefes de concentrar alianças através do matrimônio, aumentando o caráter poligâmico dos grupos locais, ao mesmo tempo em que acumulavam riquezas e poder. A princípio, o *lof* era o âmbito permanente mais relevante na organização social dos Reche, mas no decorrer dos séculos vai perdendo relevância na construção das identidades grupais.

Vários *lof* formavam um *ayllarehue* (nove *rehues* ou nove *lof*), que, por sua vez, faziam parte de um *futamapu* (terra grande) ou confederação de *ayllarehue*. No século XVI, essas associações sócio-territoriais parecem ter sido unidades de aliança transitória em tempos de guerra que se tornaram estáveis apenas no período colonial, como uma das conseqüências diretas do estabelecimento da linha de fronteira no rio Bío Bío e a posterior expansão territorial para além da Cordilheira. No período colonial tardio, os *futamapu* chegaram a se constituir em três extensos territórios que iam da cordilheira dos Andes até o oceano Pacífico, agrupando os principais *ayllarehue* de cada zona. Segundo Boccaro (1999), na documentação o conceito *futamapu* só é identificado a partir do começo do século XVII, o que certamente descarta a existência dessas “grandes terras” em tempos pré-hispânicos. Além disso, é muito provável que os *ayllarehue* fossem instâncias muito situacionais, ativadas apenas em períodos de extremo conflito ou perigo.

13 Para uma reflexão mais profunda sobre o significado cultural da guerra, principalmente em relação às dinâmicas de incidência, as formas de controle da paz, a distribuição dos bens obtidos, os circuitos de exocanibalismo, dignidade e prestígio, ver Boccaro (1999, p. 434-440) e Acevedo (1989).

A partir das mudanças mais notáveis na estrutura sóciopolítica e territorial dos Reche – que consistiram basicamente na institucionalização dos *ayllarehue* e dos *futamapu*, os quais de unidades temporárias e situacionais pré-hispânicas (ver Figura 2), ativadas apenas em períodos de guerra, passaram a ser agregados permanentes do sistema colonial tardio – pode ser situada, como quer Boccara, a “etnogênese mapuche”. A aparição de grandes chefes - que no período colonial tardio passaram a serem chamados de *lonko* - permite a instauração de alianças políticas e econômicas de amplo alcance, inclusive com os próprios espanhóis, através dos Parlamentos. A autoridade do novo cacicado ia muito além da guerra, ao contrário do que ocorria entre os Reche, e torna-se possível a concentração do poder político baseado na capacidade de produção de excedentes da economia de fronteira, sustentada, como vimos, pelo processo de *Araucanización de las pampas* e das transformações no âmbito geopolítico. As chefaturas passaram a ser hereditárias e a organização política se tornou cada vez mais hierárquica.

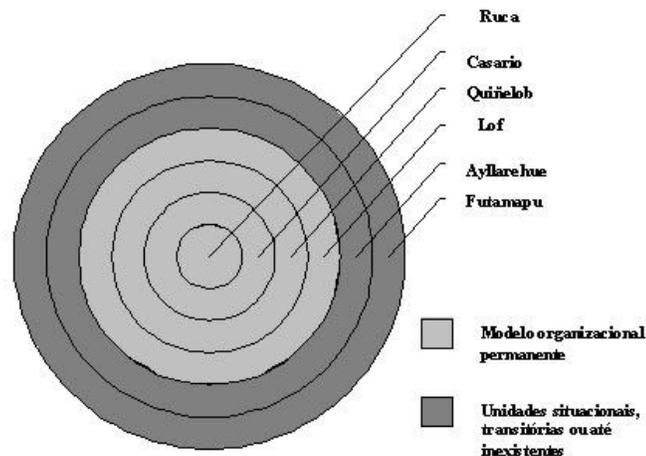


Figura 2: a organização sócio-territorial dos Reche centrais no século XVI. No século XIX as unidades sócio-territoriais aqui representadas como situacionais e transitórias tornam-se permanentes.

Por volta de 1810, quando o sistema colonial termina e tem início a formação do Estado-nacional chileno, os Mapuche eram uma série de grupos autônomos que estavam em relações de conflito, aliança e acomodação¹⁴. Três séculos de intensas relações interétnicas e intersocietárias

14 Um fato particularmente revelador das relações de conflito interno entre os diversos grupos mapuche é a participação ativa de algumas facções no processo de Independência chileno, seja em favor dos *patriotas* que procuravam instaurar a independência, seja em favor dos *realistas* que defendiam os interesses da coroa espanhola. Os símbolos da “guerra araucana”, como é denominado o período de resistência mapuche contra os espanhóis no século XVI, foram retomados pelos crioulos independentistas para afirmar sua luta. Mas isso não garantiu a participação de todos os Mapuche em favor da causa da independência. Grandes chefes mapuche mantinham intensas relações políticas com administradores da colônia, o que lhes garantiu uma estabilidade política em todos os âmbitos. Além do mais, em 1803, fora celebrado, em conjunto com as autoridades espanholas, o Parlamento de Negrete, o qual reconheceu, mais uma vez, a fronteira territorial no rio Bío Bío. Nesse sentido, os Mapuche

com europeus e crioulos fizeram com que a própria organização social e territorial estivesse em constante adaptação e transformação. Houve a conjugação de uma série de elementos nessas relações. Por exemplo, no contexto das relações fronteiriças, os Mapuche acabaram “indianizando-se”, o que não afetou sua autonomia territorial, mas acabou por modificar suas identidades sociais. As grandes mudanças ocorridas permitiram o surgimento de uma identidade mapuche autodeclarada, o que não significou necessariamente a consolidação de uma sociedade unificada.

Em virtude dessas transformações, portanto, é fundamental entender que a autonomia político-territorial dos Mapuche ao sul do Bío Bío não pode ser pensada como uma autarquia político-territorial. O sistema colonial espanhol transformou significativamente as populações mapuche (ou reche). Destruiu uma parte delas e potenciou a outra, a qual se expandiu e transformou até ser derrotada pelos Estados nacionais de Argentina e Chile no final do século XIX (Saavedra, 2002). Conforme descrevemos, a identidade mapuche foi construída historicamente em intensas relações interétnicas; isto é: estas populações foram capazes de adaptar-se às relações com a sociedade colonial e, ao mesmo tempo, mantiveram “o controle cultural sobre sua própria cultura” (Saavedra, 2002).

Fica claro, portanto, que os Mapuche da segunda metade do século XIX não eram os mesmos do século XVI. Isto pode ajudar a melhor entender o grande conflito deflagrado posteriormente, no período que abrange desde meados do século XIX às primeiras décadas do século XX, o que resultou na incorporação formal dos territórios autônomos deste grupo indígena à administração do Estado chileno, após três séculos de convivência diplomática, relações comerciais e conflitos bélicos. Um conflito político entre um Estado nascente e expansionista e um grupo étnico com diferentes níveis de organização político-territorial.

Referencias bibliográficas e documentais

ACEVEDO, Irma. **Sacrificios humanos y canibalismo ritual entre los araucanos (siglo XVI)**. 1989. 92 p. Tesis (Graduação em História) - Universidad de Chile, Santiago de Chile, 1989.

BARTOLOMÈ, M. A. As Etnogêneses: Velhos Atores e Novos Papéis no Cenário Cultural e Político. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12 (1), p. 39-68, 2006.

BENGOA, José. **Historia del pueblo mapuche: (siglo XIX y XX)**. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2000 [1985].

BIBAR, Jerónimo de. **Crónica y relación copiosa y verdadera de los reinos de Chile**. Santiago de Chile: Ed. facsimilar y a plana del Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, 1966 [1554?].

aderiram majoritariamente ao lado espanhol e lutaram contra os fundadores da nacionalidade chilena. Do mesmo modo, lutaram contra os próprios Mapuche que acreditaram no benefício da independência.

- BOCCARA, Guillaume. **Guerre et Ethnogenèse Mapuche dans le Chili Colonial**. L'invention du soi. Paris: L'Harmattan, 1998.
- BOCCARA, Guillaume. Etnogénesis mapuche: resistencia y reestructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII). **Hispanic American Historical Review**, Baltimore, v. 79, n. 3, p. 427-461, 1999.
- CASAMIQUELA, R. Características de la Araucanización al oriente de los Andes. **Revista Cultura Hombre y Sociedad**, Temuco, vol. 2, n. 01, Abr., 1985.
- DILLEHAY, Tom D. **Monuments, Empires, and Resistance: the Araucanian Polity and Ritual Narratives**. New York: Cambridge University Press, 2007.
- DILLEHAY, Tom; SAAVEDRA, José. Problemáticas sobre la interacción humana y ambiente y el desarrollo de Kuel en Puren-Lumaco, Región de la Araucanía. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, Valdivia, Universidad Austral de Chile, n° 7, p. 17-28, 2003.
- DONOSO, Miguel. Pedro de Valdivia tres veces muerto. **Anales de Literatura Chilena**, Santiago de Chile, año 7, n. 07, p. 17-31, 2006.
- ERCILLA Y ZÚÑIGA, Alonso de. **La Araucana**. Salamanca : En casa de Domingo de Portonarijs, 1574.
- FARON, Louis C. Effects of Conquest on the Araucanian Picunche during the Spanish Colonization of Chile: 1536-1635. **Ethnohistory**, v. 7, n. 3, p. 239-307, 1960.
- FARON, Louis C. **The Mapuche Indians of Chile**. USA: Holt, Rinehart and Winston Inc., 1968.
- JARA, Alvaro. **Guerra y sociedad en Chile**. La transformación de la Guerra de Arauco y la esclavitud de los indios. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1971.
- MARIMÁN, Pablo *et al.* **¡Escucha, Winka!** Cuatro Ensayos de Historia Nacional Mapuche. Santiago de Chile: Lom, 2006.
- MILLALÉN, José. La Sociedad Mapuche Prehispánica: Kimün, Arqueología y Etnohistoria. In: MIRAMÁN *et al.* **¡Escucha, Winka!** Cuatro Ensayos de Historia Nacional Mapuche. Santiago de Chile: Lom, 2006.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **A viagem da volta**. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria/LACED, 2004 [1999].
- SAAVEDRA, Alejandro. **Los mapuche en la sociedad chilena actual**. Santiago de Chile: Lom ediciones e Universidad Austral de Chile, 2002.
- SAAVEDRA, Alejandro. **Las transformaciones de la población mapuche en el siglo XX**. Santiago de Chile: Grupo de Investigaciones Agrarias – Universidad Academia Humanismo Cristiano, 2006.
- SALAS, Adalberto. Terminología mapuche del parentesco y prácticas tradicionales de matrimonio. In: **Austerra**; N° 1; Santiago de Chile: Universidad Bolivariana., 1999.
- SOLIS, Leonardo Leon. **Maloqueros y Conchavadores en Araucanía y las Pampas: 1700-1800**. Serie Quinto Centenario. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, 1991.
- VALDIVIA, Pedro de. **Cartas de Pedro de Valdivia**: que tratan del descubrimiento y conquista de Chile. Ed. facsimilar, dispuesta y anotada por José Toribio Medina. Sevilla: Estab. Tip. de M. Carmona, 1929. xxiv, 277 p.
- VILLALOBOS, Sergio. Guerra y paz en la Araucanía: periodificación. In: VILLALOBOS, Sergio & PINTO, Jorge (orgs.). **Araucanía – Temas de Historia Fronteriza**. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera - UFRO, 1985.
- VILLALOBOS, Sergio. Tres siglos y medio de vida fronteriza. In: VILLALOBOS, S. et al. **Relaciones fronterizas en la Araucanía**. Santiago de Chile: Universidad Católica de Chile, 1989.